

Angela Davis

**MULHERES,
RAÇA
E CLASSE**

Tradução: Heci Regina Candiani



© desta edição Boitempo, 2016
© Angela Y. Davis, 1981

Tradução do original em inglês *Women, Race & Class* (Nova York, Random House, 1981; Vintage, 1983),
publicada mediante acordo com a Random House, divisão da Penguin Random House LLC.

Direção editorial
Ivana Jinkings

Edição
Bibiana Leme

Assistência editorial
Thaís Burani

Tradução
Heci Regina Candiani

Preparação
Mariana Tavares

Coordenação de produção
Livia Campos

Capa, aberturas e imagens internas
Ronaldo Alves

Diagramação
Antonio Kehl

Equipe de apoio: Allan Jones / Ana Yumi Kajiki / Artur Renzo / Eduardo Marques / Elaine Ramos /
Giselle Porto / Isabella Marcatti / Ivam Oliveira / Kim Doria / Leonardo Fabri / Marlene Baptista /
Maurício Barbosa / Renato Soares / Thaís Barros / Tulio Candiotto

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D292m

Davis, Angela, 1944-

Mulheres, raça e classe / Angela Davis ; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. -
São Paulo: Boitempo, 2016.

Tradução de: Women, race and class
ISBN 978-85-7559-503-9

1. Mulheres - Estados Unidos - História. 2. Sexo - Diferenças (Psicologia).
3. Racismo - Estados Unidos. 4. Feminismo. 5. Estados Unidos - Relações raciais.
6. Mulheres - Estados Unidos - Condições sociais. I. Candiani, Heci Regina. II. Título.
16-34484

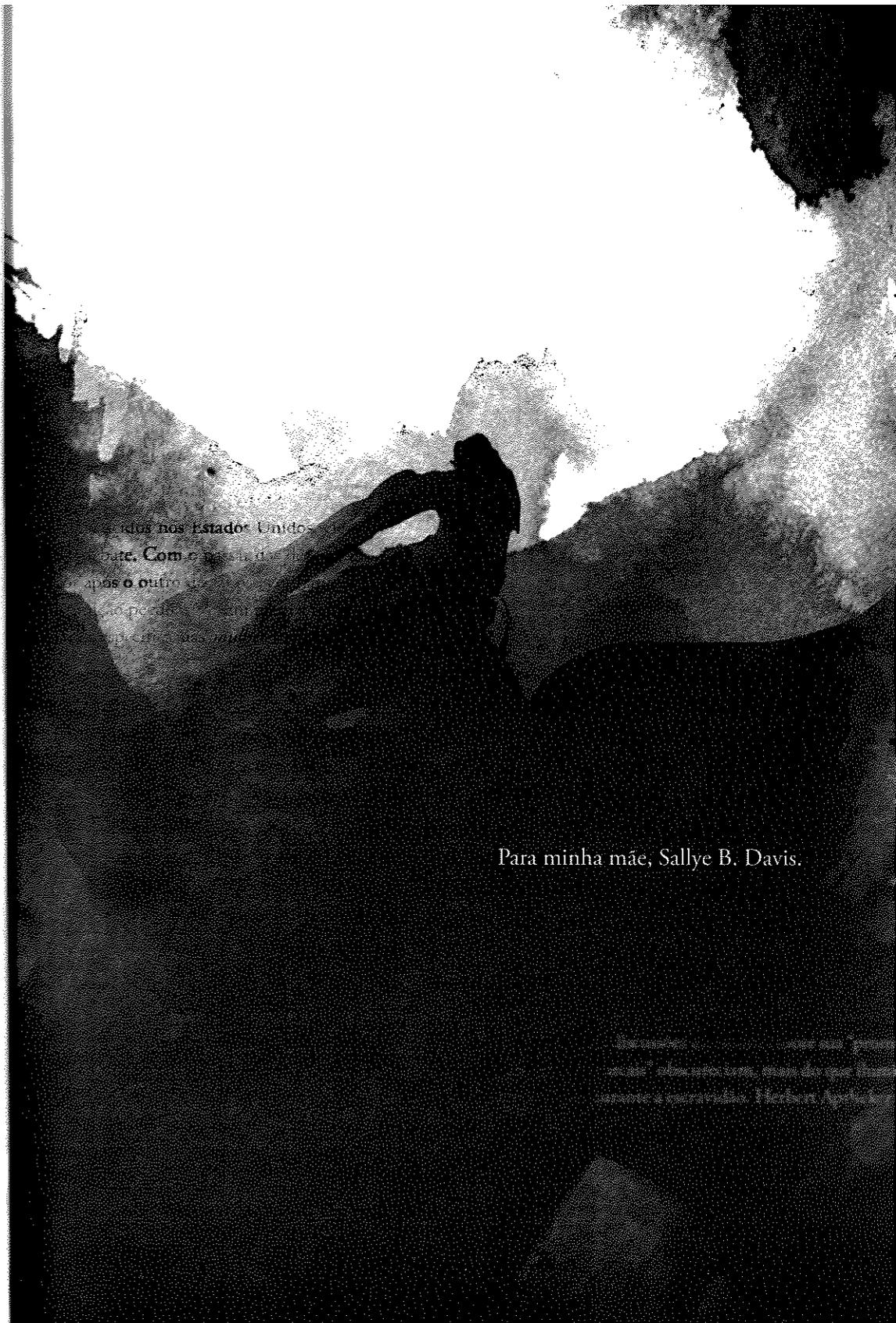
CDD: 305.4

CDU: 316.346.2-055.2

É vedada a reprodução de qualquer
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: agosto de 2016
1ª reimpressão: outubro de 2016; 2ª reimpressão: janeiro de 2017

BOITEMPO EDITORIAL
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373
05442-000 São Paulo SP
Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3875-7285
editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br
www.blogdaboitempo.com.br | www.facebook.com/boitempo
www.twitter.com/editoraboitempo | www.youtube.com/tvboitempo



Para minha mãe, Sallye B. Davis.



O LEGADO DA ESCRAVIDÃO: PARÂMETROS PARA UMA NOVA CONDIÇÃO DA MULHER

Em 1918, quando o influente acadêmico Ulrich B. Phillips declarou que a escravidão no Velho Sul* imprimiu o glorioso selo da civilização¹ nos africanos selvagens e em seus descendentes nascidos nos Estados Unidos, ele lançou as bases para um longo e acalorado debate. Com o passar das décadas e a ampliação desse debate, um historiador após o outro declarava, confiante, ter decifrado o verdadeiro sentido da “instituição peculiar”**. Em meio a toda essa atividade intelectual, porém, a situação específica das *mulheres* escravas permanecia incompreendida. As discussões incessantes sobre sua “promiscuidade sexual” ou seus pendores “matriarcais” obscureciam, mais do que iluminavam, a situação das mulheres negras durante a escravidão. Herbert Aptheker continua sendo um dos poucos historiadores a tentar criar um alicerce mais realista para a compreensão da mulher escrava².

* No original, “*Old South*”, expressão usada para designar o Sul escravagista antes da Guerra Civil dos Estados Unidos (1861-1865), também chamada Guerra de Secessão. (N. T.)

¹ Ulrich Bonnell Phillips, *American Negro Slavery: A Survey of the Supply, Employment, and Control of Negro Labor as Determined by the Plantation Regime* (Nova York/Londres, D. Appleton, 1918). Ver também, do mesmo autor, o artigo “The Plantation as a Civilizing Factor”, *Sewanee Review*, v. 12, jul. 1904, republicado em *The Slave Economy of the Old South: Selected Essays in Economic and Social History* (Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1968). O trecho a seguir consta desse texto: “O estado de nosso problema é o seguinte: 1. Há um ou dois séculos, os negros eram selvagens nas florestas da África. 2. Aqueles que foram trazidos para os Estados Unidos e seus descendentes adquiriram certa soma de civilização e agora estão, em certo grau, aptos para a vida na sociedade civilizada moderna. 3. Esse progresso dos negros tem sido, em grande medida, resultado de sua associação com pessoas brancas civilizadas. 4. Uma grande massa de negros certamente permanecerá, por tempo indefinido, em meio à nação branca civilizada. O problema é: como podemos nos preparar para sua permanência pacífica e seu progresso futuro nesta nação de homens brancos, e como podemos nos defender de seus deslizamentos de volta à barbárie? Como uma possível solução para grande parte do problema, eu sugiro o sistema de latifúndios monocultores” (p. 83).

** Eufemismo usado nos Estados Unidos para se referir à escravidão. (N. T.)

² Reflexões sobre a condição especialmente difícil das escravas negras podem ser encontradas em vários livros, artigos e antologias escritos e editados por Herbert Aptheker, incluindo *American*

Durante os anos 1970, o debate sobre a escravidão ressurgiu com vigor renovado. Eugene Genovese publicou *A terra prometida*³. Também foram editados *The Slave Community*⁴ [A comunidade escrava], de John Blassingame, o malconcebido *Time on the Cross*⁵ [Tempo crucificado], de Robert Fogel e Stanley Engerman, e o monumental *The Black Family in Slavery and Freedom*⁶ [A família negra na escravidão e na liberdade], de Herbert Gutman. Em reação ao ressurgimento desse debate, Stanley Elkins decidiu que era hora de publicar uma edição ampliada de seu estudo *Slavery*⁷ [Escravidão], de 1959. Nessa onda de publicações, é evidente a ausência de um livro especificamente dedicado à questão das mulheres escravas. Quem, entre nós, aguardava com ansiedade uma análise séria sobre as mulheres negras durante o período da escravidão permanece, até o momento, decepcionado. Igualmente decepcionante tem sido a descoberta de que, com exceção do tema tradicionalmente debatido sobre promiscuidade *versus* casamento e sexo forçado *versus* sexo voluntário com homens brancos, os autores dessas novas obras têm dado atenção insuficiente às mulheres.

O mais esclarecedor de todos esses estudos recentes é a investigação de Herbert Gutman sobre a família negra. Ao trazer evidências documentais de que a vitalidade da família se mostrou mais forte do que os rigores desumanizantes da escravidão, Gutman destronou a tese do matriarcado negro, popularizada em 1965 por Daniel Moynihan e outros⁸. Ainda assim, como as observações que ele faz sobre as mulheres escravas são geralmente elaboradas para confirmar

Negro Slave Revolts (1948) (Nova York, International Publishers, 1970); *To Be Free: Studies in American Negro History* (1948) (Nova York, International Publishers, 1969); *A Documentary History of the Negro People in the United States* (1951), v. 1 (Nova York, The Citadel Press, 1969). Em fevereiro de 1948, Aptheker publicou o artigo intitulado "The Negro Woman", *Masses and Mainstream*, v. 2, n. 2.

³ Eugene D. Genovese, *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made* (Nova York, Pantheon, 1974) [ed. bras.: *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*, trad. Maria Inês Rolim e Donaldson Garschagen, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988].

⁴ John W. Blassingame, *The Slave Community: Plantation Life in the Antebellum South* (Londres/Nova York, Oxford University Press, 1972).

⁵ Robert W. Fogel e Stanley Engerman, *Time on the Cross: The Economics of Slavery in the Antebellum South* (Boston, Little, Brown & Co., 1974), 2 v.

⁶ Herbert Gutman, *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925* (Nova York, Pantheon, 1976).

⁷ Stanley Elkins, *Slavery: A Problem in American Institutional and Intellectual Life* (3. ed. rev., Chicago/Londres, University of Chicago Press, 1976).

⁸ Ver Daniel P. Moynihan, *The Negro Family: The Case for National Action* (Washington, Ministério do Trabalho dos Estados Unidos, 1965), reeditado em Lee Rainwater e William L. Yancey, *The Moynihan Report and the Politics of Controversy* (Cambridge, MIT Press, 1967).

que elas tinham uma propensão a se tornarem esposas, fica fácil extrair disso a implicação de que elas se diferenciavam de suas congêneres brancas apenas na medida em que suas aspirações domésticas eram frustradas pelas exigências do sistema escravocrata. De acordo com Gutman, embora as normas institucionalizadas da escravidão concedessem às escravas um alto grau de liberdade sexual antes do casamento, elas terminavam por se casar e constituir famílias com base tanto em suas decisões quanto nas de seus maridos. Os argumentos convincentes e bem documentados de Gutman contra a tese do matriarcado são extremamente valiosos. Mas seu livro seria muito mais contundente se ele tivesse explorado de modo concreto o papel multidimensional das mulheres negras no interior da família e da comunidade escrava como um todo.

Se, e quando, alguém conseguir acabar, do ponto de vista histórico, com os mal-entendidos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas, ela (ou ele) terá prestado um serviço inestimável. Não é apenas pela precisão histórica que um estudo desses deve ser realizado; as lições que ele pode reunir sobre a era escravista trarão esclarecimentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação. Como leiga, posso apenas propor algumas hipóteses que talvez sejam capazes de orientar um reexame da história das mulheres negras durante a escravidão.

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas⁹. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras.

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. Nas palavras de um acadêmico, "a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa"¹⁰. A julgar pela crescente ideologia da

⁹ Ver W. E. B. Du Bois, "The Damnation of Women", em *Darkwater* (Nova York, Harcourt, Brace & Howe, 1920).

¹⁰ Kenneth M. Stampp, *The Peculiar Institution: Slavery in the Antebellum South* (Nova York, Vintage, 1956), p. 343.

feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias.

Embora as mulheres negras desfrutassem de alguns duvidosos benefícios da ideologia da feminilidade, não raro presume-se que a típica escrava era uma trabalhadora doméstica – cozinheira, arrumadeira ou *mammy** na “casa-grande”. Pai Tomás e Sambo sempre tiveram como companheiras fiéis Tia Jemima e *Mammy* – estereótipos que pretendem capturar a essência do papel da mulher negra durante o período de escravidão. Como em geral acontece, porém, a realidade se opõe diametralmente ao mito. Tal qual a maioria dos escravos, a maior parte das escravas trabalhava na lavoura. Embora nos estados localizados na fronteira entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos uma quantidade significativa de escravas realizasse trabalhos domésticos, as escravas do extremo Sul – o verdadeiro núcleo do escravismo – eram predominantemente trabalhadoras agrícolas. Por volta de meados do século XIX, sete em cada oito pessoas escravizadas, tanto mulheres como homens, trabalhavam na lavoura¹¹.

Da mesma forma que os meninos eram enviados para o campo ao atingir certa idade, as meninas eram designadas para trabalhar o solo, coletar algodão, cortar cana, colher tabaco. Uma idosa entrevistada durante os anos 1930 descreveu sua iniciação na lavoura, durante a infância, em uma fazenda de algodão do Alabama:

Nossas cabanas eram velhas e mal-acabadas, feitas de estacas. Algumas fendas eram tapadas com lama e musgo, outras não. Nossas camas não eram boas, só armações de estacas pregadas na parede com velhos colchões rasgados jogados por cima. Claro que era difícil dormir, mas para os nossos ossos cansados depois das longas jornadas

* As figuras evocadas são personagens de livros, filmes e canções que se tornaram parte do imaginário popular e passaram a personificar certos estereótipos. O nome Sambo é atribuído a um dos escravos de *A cabana do Pai Tomás* e também ao personagem do livro infantil britânico *The Story of Little Black Sambo*; na cultura popular dos Estados Unidos no século XIX, era usado como uma referência, carregada de conotações pejorativas, à figura do homem negro como preguiçoso, despreocupado e malandro, tentando se aproveitar de situações para enganar os brancos. Tia Jemima, por sua vez, vem de uma canção dos shows de variedades do século XIX (“Old Aunt Jemima”, de 1875) e, posteriormente, tornou-se uma marca comercial de produtos de café da manhã, razão pela qual a expressão passou a ser usada para se referir à cozinheira negra. Já Mammy designava as mulheres negras que se incumbiam das crianças, provendo-lhes todo o cuidado de saúde, higiene e alimentação e, eventualmente, realizando outras tarefas da casa; foi também nome de uma personagem do livro *E o vento levou...*, assim como do filme nele baseado. (N. T.)

¹¹ Ibidem, p. 31, 49, 50 e 60.

de trabalho na lavoura, a sensação era boa. Eu cuidava das crianças quando era pequena e tentava fazer a limpeza da casa como a senhora mandava. E então, assim que fiz dez anos, o senhor disse: “Leve essa preta para aquela plantação de algodão”.¹²

A experiência de Jenny Proctor era típica. A maioria das meninas e das mulheres, assim como a maioria dos meninos e dos homens, trabalhava pesado na lavoura do amanhecer ao pôr do sol. No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens.

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas.

Quando a abolição do tráfico internacional de mão de obra escrava começou a ameaçar a expansão da jovem e crescente indústria do algodão, a classe proprietária de escravos foi forçada a contar com a reprodução natural como o método mais seguro para repor e ampliar a população de escravas e escravos domésticos. Por isso, a capacidade reprodutiva das escravas passou a ser valorizada. Nas décadas que precederam a Guerra Civil, as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze, catorze ou mais filhos era cobiçada como um verdadeiro tesouro. Mas isso não significa que, como mães, as mulheres negras gozassem de uma condição mais respeitável do que a que tinham como trabalhadoras. A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar.

Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe,

¹² Mel Watkins e Jay David (orgs.). *To Be a Black Woman: Portraits in Fact and Fiction* (Nova York, William Morrow & Co., 1970), p. 16. Citação retirada da obra de Benjamin A. Botkin (org.), *Lay My Burden Down: A Folk History of Slavery* (Chicago, University of Chicago Press, 1945).

como bezerros separados das vacas. Um ano após a interrupção do tráfico de populações africanas, um tribunal da Carolina do Sul decidiu que as escravas não tinham nenhum direito legal sobre suas filhas e filhos. Assim, de acordo com essa medida, as crianças poderiam ser vendidas e separadas das mães em qualquer idade, porque “crianças escravas [...] estão no mesmo nível de outros animais”¹³.

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também esturpadas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras.

Os abusos especialmente infligidos a elas facilitavam a cruel exploração econômica de seu trabalho. As exigências dessa exploração levavam os proprietários da mão de obra escrava a deixar de lado suas atitudes sexistas ortodoxas, exceto quando seu objetivo era a repressão. Assim como as mulheres negras dificilmente eram “mulheres” no sentido corrente do termo, o sistema escravista desencorajava a supremacia masculina dos homens negros. Uma vez que maridos e esposas, pais e filhas eram igualmente submetidos à autoridade absoluta dos feitores, o fortalecimento da supremacia masculina entre a população escrava poderia levar a uma perigosa ruptura na cadeia de comando. Além disso, uma vez que as mulheres negras, enquanto trabalhadoras, não podiam ser tratadas como o “sexo frágil” ou “donas de casa”, os homens negros não podiam aspirar à função de “chefes de família”, muito menos à de “provedores da família”. Afinal, homens, mulheres e crianças eram igualmente “provedores” para a classe proprietária de mão de obra escrava.

Nas plantações de algodão, tabaco, milho e cana-de-açúcar, as mulheres trabalhavam lado a lado com seus companheiros. Nas palavras de um ex-escravo: “O sino toca às quatro horas da manhã e elas têm meia hora para ficar prontas. Homens e mulheres começam juntos, e as mulheres devem trabalhar com o mesmo afinco e realizar as mesmas tarefas que os homens”¹⁴.

A maioria dos proprietários utilizava um sistema de cálculo do rendimento do trabalho escravo com base nas taxas médias de produtividade exigida. As crianças, assim, eram frequentemente consideradas um quarto de força de trabalho. Em geral, as mulheres eram uma força de trabalho completa – a menos que tivessem sido expressamente designadas para as funções de “reprodutoras” ou “amas de leite”, casos em que às vezes sua força de trabalho era classificada como incompleta¹⁵.

Obviamente, os proprietários buscavam garantir que suas “reprodutoras” dessem à luz tantas vezes quantas fosse biologicamente possível. Mas não iam tão longe a ponto de isentar do trabalho na lavoura as mulheres grávidas ou as mães com crianças de colo. Enquanto muitas mães eram forçadas a deixar os bebês deitados no chão perto da área em que trabalhavam, outras se recusavam a deixá-los sozinhos e tentavam trabalhar normalmente com eles presos às costas. Um ex-escravo descreveu um caso desses na fazenda em que vivia:

Diferente de outras mulheres, uma jovem se recusou a deixar seu bebê no fim da fileira em que trabalhava e inventou uma espécie de mochila, feita de trapos de lençóis, na qual ela prendia a criança, muito pequena, nas costas; e ficava assim o dia todo, usando a enxada como os outros.¹⁶

Em outras fazendas, as mulheres deixavam seus bebês aos cuidados de crianças pequenas ou de escravas mais velhas, fisicamente incapazes de realizar o trabalho pesado da lavoura. Impossibilitadas de amamentar ao longo do dia, elas suportavam a dor causada pelo inchaço das mamas. Em um dos relatos mais populares do período, Moses Grandy descreve a difícil situação das escravas que eram mães:

Na fazenda a que me refiro, as mulheres que tinham bebês em fase de amamentação sofriam muito quando suas mamas enchiam de leite, enquanto as crianças ficavam em casa. Por isso, elas não conseguiam acompanhar o ritmo dos outros: vi o feitor espancá-las com chicote de couro cru até que sangue e leite escorressem, misturados, de suas mamas.¹⁷

¹³ Kenneth M. Stampp, *The Peculiar Institution*, cit., p. 57.

¹⁴ Charles Ball, *Slavery in the United States: A Narrative of the Life and Adventures of Charles Ball, a Black Man* (Lewistown, J. W. Shugert, 1836), p. 150-1, citado em Gerda Lerner (org.), *Black Women in White America: A Documentary History* (Nova York, Pantheon, 1972), p. 48.

¹⁵ Moses Grandy, *Narrative of the Life of Moses Grandy: Late a Slave in the United States of America* (Boston, [O. Johnson,] 1844), p. 18, citado em E. Franklin Frazier, *The Negro Family in the United States* (1939) (Chicago, University of Chicago Press, 1969).

¹³ Barbara Wertheimer, *We Were There: The Story of Working Women in America* (Nova York, Pantheon, 1977), p. 109.

¹⁴ *Ibidem*, p. 111. Citação retirada da obra de Lewis Clarke, *Narrative of the Sufferings of Lewis and Milton Clarke, Sons of a Soldier of the Revolution* (Boston, [B. Marsh,] 1846), p. 127.

As mulheres grávidas não apenas eram obrigadas a realizar o trabalho agrícola usual como também estavam sujeitas às chicotadas que trabalhadoras e trabalhadores normalmente recebiam se deixassem de cumprir a cota diária ou se protestassem com “insolência” contra o tratamento recebido.

Uma mulher que diga algum desaforo enquanto trabalha no campo e que esteja em gravidez avançada é obrigada a deitar em um buraco feito para que caiba todo seu corpo e é açoitada com um chicote ou espancada com uma pá cheia de furos; a cada pancada se forma uma bolha. Uma das minhas irmãs foi punida dessa forma com tanta crueldade que o trabalho de parto se adiantou, e a criança nasceu no campo. Esse mesmo feitor, sr. Brooks, matou uma garota chamada Mary desse jeito. O pai e a mãe dela estavam na lavoura na hora.¹⁸

Nas lavouras e fazendas onde as grávidas eram tratadas com mais indulgência, isso raramente se devia a razões humanitárias. Simplesmente, os proprietários valorizavam uma criança escrava nascida com vida do mesmo modo que valorizavam bezerros ou potros recém-nascidos.

Na época em que começaram as primeiras tentativas de industrialização no Sul, antes da Guerra Civil, o trabalho escravo complementava o trabalho livre – e frequentemente competia com ele. Industriais que possuíam escravos empregavam homens, mulheres e crianças da mesma maneira, e quando os proprietários de terras e fazendeiros arrendavam a força de trabalho de suas escravas e escravos, percebiam que as mulheres e as crianças eram tão solicitadas quanto os homens¹⁹.

Mulheres e crianças constituíam grande parte da força de trabalho na maioria das fábricas de tecido, cânhamo e tabaco que utilizavam mão de obra escrava. [...] Às vezes, mulheres e crianças trabalhavam em setores mais “pesados”, como a refinação de açúcar e a moagem de arroz. [...] Outras indústrias pesadas, como as de transporte e de madeira, empregavam mão de obra escrava de mulheres e crianças em número considerável.²⁰

As mulheres não eram “femininas” demais para o trabalho nas minas de carvão e nas fundições de ferro, tampouco para o corte de lenha e a abertura

de valas. Quando o canal Santee foi construído, na Carolina do Norte, as escravas corresponderam a 50% da força de trabalho²¹. As mulheres também trabalharam nos diques em Louisiana, e muitas linhas férreas que ainda estão em operação no Sul foram construídas, em parte, pelo trabalho das escravas²².

O emprego de escravas como substitutas de animais de carga para puxar vagões nas minas do Sul²³ faz lembrar o modo terrível como o trabalho das mulheres brancas foi utilizado na Inglaterra, segundo a descrição de Karl Marx em *O capital*:

Na Inglaterra, ocasionalmente ainda se utilizam, em vez de cavalos, mulheres para puxar etc. os barcos nos canais, porque o trabalho exigido para a produção de cavalos e máquinas é uma quantidade matematicamente dada, ao passo que o exigido para a manutenção das mulheres da população excedente está abaixo de qualquer cálculo.²⁴

Como seus colegas britânicos, os industriais do Sul não faziam segredo das razões que os motivavam a empregar mulheres em seus empreendimentos. As escravas eram muito mais lucrativas do que os trabalhadores do sexo masculino, tanto livres quanto escravos. Seu “custo de exploração e manutenção é menor do que o de homens no auge da força”²⁵.

Obrigadas pelos senhores de escravos a trabalhar de modo tão “masculino” quanto seus companheiros, as mulheres negras devem ter sido profundamente

¹⁸ Ibidem, p. 165.

¹⁹ Ibidem, p. 165-6.

²⁰ “Fundições de ferro e minas também enviavam mulheres e crianças escravas para puxar vagões de carga e jogar o minério de ferro dentro dos trituradores e das fornalhas”, ibidem, p. 166.

²¹ “In England werden gelegentlich statt der Pferde immer noch Weiber zum Ziehn usw. bei den Kanalbooten verwandt, weil die zur Produktion von Pferden und Maschinen erheischte Arbeit ein mathematisch gegebenes Quantum, die zur Erhaltung von Weibern der Surplus-population dagegen unter aller Berechnung steht”, Karl Marx, *Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie* (Berlim, Dietz, 1965), p. 415-6. Ed. em inglês: *Capital*, v. 1 (Nova York, International Publishers, 1968), p. 391 [ed. bras.: *O capital: crítica da economia política*, Livro I: *O processo de produção do capital*, trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2013, p. 467].

²² “Proprietários de mão de obra escrava usavam mulheres e crianças de várias maneiras a fim de aumentar a competitividade dos produtos do Sul. Primeiro, porque o custo de exploração e manutenção de mulheres e crianças escravas é menor do que o de homens no auge da força. John Ewing Calhoun, um fabricante têxtil da Carolina do Sul, calculava que o sustento de crianças escravas custava dois terços do de um escravo adulto em um moinho de algodão. Outro empresário local calculava que a diferença de custo entre uma escrava e um escravo era ainda maior do que aquela entre um escravo e um trabalhador livre. Índícios de empresas usando mulheres e crianças escravas sustentam a conclusão de que elas reduziam substancialmente os custos com mão de obra”, Robert S. Starobin, *Industrial Slavery in the Old South*, cit., p. 166.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Robert S. Starobin, *Industrial Slavery in the Old South* (Londres/Nova York, Oxford University Press, 1970), p. 165 e seg.

²⁰ Ibidem, p. 164-5.

afetadas pelas vivências durante a escravidão. Algumas, sem dúvida, ficaram abaladas e destruídas, embora a maioria tenha sobrevivido e, nesse processo, adquirido características consideradas tabus pela ideologia da feminilidade do século XIX. Um viajante daquela época observou escravas e escravos que voltavam para casa após o trabalho no campo, no Mississippi, e relatou que o grupo incluía

quarenta das maiores e mais fortes mulheres que já vi juntas; todas vestiam um uniforme simples, xadrez azulado; suas pernas estavam nuas e os pés, descalços; elas tinham uma postura altiva, cada uma com uma enxada no ombro, e caminhavam com um passo livre, firme, como soldados [*chasseurs*] em marcha.²⁶

Embora seja pouco provável que essas mulheres estivessem expressando orgulho pelo trabalho realizado sob a constante ameaça do açoite, elas deviam ter consciência de seu enorme poder – sua capacidade de produzir e criar. Como diz Marx, “o trabalho é o fogo vivo, conformador; a transitoriedade das coisas, sua temporalidade, como sua conformação pelo tempo vivo”²⁷. É possível, claro, que as observações desse viajante estivessem contaminadas pela variedade paternalista do racismo, mas, se não for esse o caso, essas mulheres podem ter aprendido a extrair das circunstâncias opressoras de sua vida a força necessária para resistir à desumanização diária da escravidão. A consciência que tinham de sua capacidade ilimitada para o trabalho pesado pode ter dado a elas a confiança em sua habilidade para lutar por si mesmas, sua família e seu povo.

Quando as tentativas pré-Guerra Civil de estabelecer o sistema fabril nos Estados Unidos deram espaço a uma aposta agressiva na industrialização, a experiência de realizar um trabalho produtivo foi roubada de muitas mulheres brancas. As fábricas têxteis tornaram obsoletas suas máquinas de fiar. A parafernália que usavam para fazer velas se tornou acervo de museu, assim como várias outras ferramentas que as ajudavam a produzir os artigos necessários à sobrevivência de sua família. À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do

²⁶ Frederick Law Olmsted, *A Journey in the Back Country* (Nova York, [Mason Brothers,] 1860), p. 14-5, citado em Kenneth M. Stampp, *The Peculiar Institution*, cit., p. 34.

²⁷ “Die Arbeit ist das lebendige, gestaltende Feuer; die Vergänglichkeit der Dinge, ihre Zeitlichkeit, als ihre Formung durch die lebendige Zeit”, Karl Marx, *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* (Berlim, Dietz, 1953), p. 266 [ed. bras.: *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – Esboços da crítica da economia política*, trad. Mario Duayer et al., São Paulo, Boitempo, 2011, p. 288].

trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante.

Muito tem sido dito sobre o modo como os proprietários de escravos definiam a família negra: uma estrutura biológica matrilocal. Os registros de nascimento em muitos latifúndios omitiam o nome do pai, contendo apenas a mãe da criança. Por todo o Sul, as legislações estaduais adotavam o princípio do *partus sequitur ventrem* – a criança herda a condição de escrava da mãe. Essas eram imposições dos proprietários, eles mesmos pais de muitas crianças escravas. Mas seriam essas também as normas pelas quais escravas e escravos regiam seus próprios relacionamentos domésticos? A maioria das análises históricas e sociológicas sobre a família negra durante a escravidão presume simplesmente que a recusa do senhor de reconhecer a paternidade entre seus escravos se converteu de forma direta em um arranjo familiar matriarcal criado pela própria população escravizada.

O notório estudo *Negro Family* [Família negra], feito pelo governo em 1965 – e popularizado com o título *Moynihan Report* [Relatório Moynihan] –, relacionava diretamente os problemas sociais e econômicos da comunidade negra da época à suposta estrutura familiar matriarcal. “Essencialmente”, escreveu Daniel Moynihan,

a comunidade negra tem sido forçada a uma estrutura matriarcal que, por estar em desacordo com o restante da sociedade estadunidense, atrasa seriamente o progresso do grupo como um todo, impõe um peso esmagador sobre o homem negro e, em consequência disso, também sobre um grande número de mulheres negras.²⁸

De acordo com a tese do relatório, a origem da opressão era mais profunda do que a discriminação racial que produziu desemprego, habitação de má qualidade, educação inadequada e atendimento médico precário. Sua raiz era

²⁸ Citado em Robert Staples (org.), *The Black Family: Essays and Studies* (Belmont, Wadsworth, 1971), p. 37. Ver também John Bracey Jr. et al. (org.), *Black Matriarchy: Myth or Reality* (Belmont, Wadsworth, 1971), p. 140.

descrita como um “emaranhado de patologias” que resultava da ausência de autoridade masculina entre o povo negro! O polêmico final do relatório Moynihan era um apelo à introdução dessa autoridade (no sentido de supremacia masculina, é claro!) na família negra e na comunidade como um todo.

Um dos apoiadores “liberais” de Moynihan, o sociólogo Lee Rainwater, discordava das soluções recomendadas pelo documento²⁹. No lugar delas, Rainwater propunha a criação de empregos, maiores salários e outras reformas econômicas. Chegou a encorajar protestos e manifestações frequentes por direitos civis. No entanto, como a maioria dos sociólogos brancos – e também alguns negros –, ele reiterava a tese de que a escravidão havia de fato destruído a família negra. Como resultado, ao povo negro supostamente só restava “a família matrifocal, que enfatiza a primazia da relação entre a mãe e a criança e apenas laços frágeis com o homem”³⁰. Segundo ele, hoje,

Em muitos casos, os homens não têm uma verdadeira casa; eles se mudam de uma família, onde estabelecem laços sexuais ou de parentesco, para outra. Vivem em hotéis baratos ou pensões; passam todo o tempo em instituições. Não são integrantes da família nas únicas “casas” que possuem – a casa de sua mãe ou a de sua companheira.³¹

Nem Moynihan nem Rainwater inventaram a teoria da deterioração interna da família negra devido à escravidão. O primeiro trabalho a defender essa tese foi realizado nos anos 1930 pelo renomado sociólogo negro E. Franklin Frazier. Em seu livro *The Negro Family*³², publicado em 1939, Frazier descreve de modo dramático o terrível impacto da escravidão sobre o povo negro, mas subestima a capacidade dessas pessoas de resistir à influência da escravidão na vida social que criaram para si. Frazier também interpretou mal o espírito de independência e de autossuficiência que as mulheres negras desenvolveram por necessidade e, por isso, lamentou o fato de que “nem a necessidade econômica nem a tradição incutiram [na mulher negra] o espírito de subordinação à autoridade masculina”³³.

Motivado pela polêmica desencadeada pela publicação do relatório Moynihan, bem como por suas dúvidas a respeito da validade da teoria de Frazier, Herbert Gutman deu início a uma pesquisa sobre a família escrava. Cerca de dez anos depois, em 1976, publicou o excelente *The Black Family in Slavery and Freedom*³⁴. Sua investigação levantou evidências impressionantes de prosperidade e desenvolvimento familiar sob a escravidão. Não foi a infame família matriarcal que ele descobriu, e sim uma família que envolvia esposa, marido, crianças e, frequentemente, outros familiares, além de parentes por adoção.

Ao se dissociar das questionáveis conclusões econométricas de Fogel e Engerman, que alegavam que a escravidão deixara a maioria das famílias intacta, Gutman confirmou que inúmeras famílias escravizadas foram desfeitas à força. A separação por meio da venda indiscriminada de maridos, esposas e crianças foi uma das terríveis marcas do estilo estadunidense de escravidão. Mas, como ele aponta, os laços amorosos e afetivos, as normas culturais que governavam as relações familiares e o desejo preponderante de permanecerem juntos sobreviveram ao golpe devastador da escravidão³⁵.

Com base em cartas e documentos, tais como certidões de nascimento encontradas em fazendas e que traziam tanto o nome do pai quanto o da mãe, Gutman demonstra não apenas que escravos e escravas aderiam às rígidas normas que regulavam seus arranjos familiares, mas também que tais normas diferiam daquelas que regiam a vida das famílias brancas ao seu redor. Interdições matrimoniais, práticas de nomeação e costumes sexuais – que, aliás, sancionavam a relação sexual antes do casamento – diferenciavam a população escravizada de seus senhores³⁶. À medida que tentavam desesperada e cotidianamente manter sua vida familiar, usufruindo o máximo possível da autonomia de que conseguiam se apoderar, escravos e escravas manifestaram um talento impecável para

²⁹ Herbert Gutman, *The Black Family in Slavery and Freedom*, cit.

³⁰ O primeiro capítulo do livro é intitulado “Send Me Some of the Children’s Hair” [Mande-me mechas de cabelo das crianças], pedido feito por um escravo em uma carta à sua esposa, de quem ele havia sido forçado a se separar ao ser vendido: “Mande-me mechas de cabelo das crianças em papéis separados com seus nomes [...]. Está para nascer a mulher que se sentirá tão próxima de mim quanto você. Você vive o dia de hoje como eu vivo. Diga às crianças que elas devem se lembrar do bom pai que têm, um pai que se preocupa com elas e que pensa nelas todos os dias [...]. Laura, eu também amo você. Meu amor por você *nunca* morrerá. Laura, é verdade, tenho outra esposa e lamento por isso. Você é e continuará sendo minha amada esposa, como sempre foi, Laura. Você sabe como trato minha esposa e você sabe como sou com meus filhos. Você sabe que sou um homem que ama os filhos”, *ibidem*, p. 6-7.

³⁶ *Ibidem*, caps. 3 e 4.

²⁹ *Ibidem*, p. 81. (O artigo de Lee Rainwater, “Crucible of Identity: The Negro Lower-Class Family”, foi publicado originalmente em *Daedalus*, v. 95, 1966, p. 172-216.)

³⁰ *Ibidem*, p. 98.

³¹ *Idem*.

³² E. Franklin Frazier, *The Negro Family in the United States*, cit.

³³ *Ibidem*, p. 102.

humanizar um ambiente criado para convertê-los em uma horda subumana de unidades de força de trabalho.

As escolhas cotidianas feitas por escravos e escravas – como manter o mesmo cônjuge por muitos anos, dar ou não à criança o sobrenome do pai, assumir como esposa uma mulher com filhos de pais desconhecidos, dar a crianças recém-nascidas o nome de um pai, uma tia ou um tio, um avô ou uma avó e dissolver um casamento incompatível – contradiziam em comportamento, e não em retórica, a poderosa ideologia que via a escrava e o escravo como uma eterna “criança” ou um “selvagem” amansado. [...] Seus arranjos domésticos e suas redes de parentesco, em conjunto com as comunidades ampliadas que nasciam desses laços primordiais, deixavam claro para suas crianças que escravos e escravas não eram “não homens” e “não mulheres”.³⁷

É lamentável que Gutman não tenha tentado determinar a real posição das mulheres no interior da família escrava. Ao demonstrar a existência de uma vida familiar complexa envolvendo igualmente maridos e esposas, o autor removeu um dos principais pilares de sustentação da tese do matriarcado. Contudo, ele não contestou, em essência, a afirmação adicional de que, nas famílias nucleares tradicionais, a mulher dominava o homem. Sua própria pesquisa confirma, entretanto, que a vida social nas senzalas era, em grande medida, uma extensão da vida familiar. Assim, o papel que as mulheres exerciam no interior da família deve ter determinado, largamente, sua condição social na comunidade escrava como um todo.

Na interpretação da maioria dos estudos acadêmicos, a vida familiar escrava enaltecia as mulheres e diminuía os homens, mesmo quando mãe e pai estavam presentes. De acordo com Stanley Elkins, por exemplo, o papel da mãe “a aproximava muito mais da criança escrava do que o do pai. Ela controlava as poucas atividades – cuidar da casa, preparar os alimentos e criar os filhos – que restavam para a família escrava”³⁸.

De acordo com Elkins, o modo sistemático como os senhores denominavam seus escravos de “meninos” era reflexo de sua incapacidade para exercer as funções paternas. Kenneth Stampf foi ainda mais longe nessa linha de raciocínio:

[...] a típica família escrava era matriarcal em sua estrutura, pois o papel da mãe era muito mais importante do que o do pai. A família envolvia uma parcela signi-

ficativa de responsabilidades que tradicionalmente pertenciam às mulheres, como limpar a casa, preparar a comida, costurar roupas e criar os filhos. O marido era, quando muito, o ajudante da esposa, seu companheiro e parceiro sexual. Era quase sempre visto como propriedade dela [o Tom da Mary], assim como a cabana em que viviam.³⁹

É verdade que a vida doméstica tinha uma imensa importância na vida social de escravas e escravos, já que lhes propiciava o único espaço em que podiam vivenciar verdadeiramente suas experiências como seres humanos. Por isso – e porque, assim como seus companheiros, também eram trabalhadoras –, as mulheres negras não eram diminuídas por suas funções domésticas, tal como acontecia com as mulheres brancas. Ao contrário dessas, aquelas não podiam ser tratadas como meras “donas de casa”. Daí a afirmar, porém, que, por causa disso, elas dominavam seus homens é basicamente distorcer a realidade da vida sob a escravidão.

Em um artigo que escrevi em 1971⁴⁰ – usando os poucos recursos que me eram permitidos na cela da prisão –, descrevi a importância das funções domésticas da escrava da seguinte maneira:

No infinito anseio de prover as necessidades de homens e crianças ao seu redor [...], ela realizava o *único* trabalho da comunidade escrava que não podia ser direta ou imediatamente reivindicado pelo opressor. Não havia compensações pelo trabalho na lavoura, que de nada servia aos propósitos dos escravos. O trabalho doméstico era o único trabalho significativo para a comunidade escrava como um todo. [...] Foi justamente por meio dessa labuta – que há muito tem sido expressão central do caráter socialmente condicionado da inferioridade feminina – que a mulher negra escravizada conseguiu preparar o alicerce de certo grau de autonomia, tanto para ela como para os homens. Mesmo submetida a um tipo único de opressão por ser mulher, era levada a ocupar um lugar central na comunidade escrava. Ela era, assim, essencial à *sobrevivência* da comunidade.

Desde então, percebi que a característica especial do trabalho doméstico durante a escravidão, sua centralidade para homens e mulheres na condição de servidão, envolvia afazeres que não eram exclusivamente femininos. Os escravos executavam importantes tarefas domésticas e não eram, portanto – como afirmado por Kenneth Stampf –, meros ajudantes de suas companheiras.

³⁹ Kenneth M. Stampf, *The Peculiar Institution*, cit., p. 344.

⁴⁰ Angela Y. Davis, “The Black Woman’s Role in the Community of Slaves”, *Black Scholar*, v. 3, n. 4, dez. 1971.

³⁷ Ibidem, p. 356-7.

³⁸ Stanley Elkins, *Slavery*, cit., p. 130.

Enquanto as mulheres cozinhavam e costuravam, por exemplo, os homens caçavam e cuidavam da horta. (Inhame, milho e outros vegetais, bem como animais selvagens como coelhos e gambás, eram sempre deliciosos acréscimos às monótonas refeições diárias.) Essa divisão sexual do trabalho doméstico não parece ter sido hierárquica: as tarefas dos homens certamente não eram nem superiores nem inferiores ao trabalho realizado pelas mulheres. Ambos eram igualmente necessários. Além disso, ao que tudo indica, a divisão de trabalho entre os sexos nem sempre era rigorosa; às vezes, os homens trabalhavam na cabana e as mulheres podiam cultivar a horta ou mesmo participar da caça⁴¹.

A questão que se destaca na vida doméstica nas senzalas é a da igualdade sexual. O trabalho que escravas e escravos realizavam para si mesmos, e não para o engrandecimento de seus senhores, era cumprido em termos de igualdade. Nos limites da vida familiar e comunitária, portanto, a população negra conseguia realizar um feito impressionante, transformando a igualdade negativa que emanava da opressão sofrida como escravas e escravos em uma qualidade positiva: o igualitarismo característico de suas relações sociais.

Embora o principal argumento de Eugene Genovese em *A terra prometida* (isto é, que a população negra aceitava o paternalismo associado à escravidão) seja, na melhor das hipóteses, problemático, o autor apresenta um retrato revelador, ainda que resumido, da vida doméstica das escravas.

A história das escravas como esposas requer investigação indireta. Não se pode deduzi-la a partir da suposição de que o homem era apenas uma visita na casa. Uma análise da posição que os homens realmente ocupavam como maridos e pais sugere que a posição das mulheres era muito mais complexa do que geralmente se admite. A atitude das mulheres em relação às tarefas domésticas, especialmente cozinhar, e em relação à sua própria feminilidade desmente, por si só, a ideia convencional de que, ao se impor na casa, proteger as crianças e assumir outras responsabilidades normalmente masculinas, elas colaboraram inconscientemente para enfraquecer os homens.⁴²

Ainda que haja um resquício de supremacia masculina em sua análise, por insinuar, como ele faz, que masculinidade e feminilidade são conceitos imutáveis, Genovese reconhece claramente que

O que normalmente tem sido entendido como uma debilitante forma de supremacia feminina era, na realidade, um modo de chegar mais próximo de uma saudável igualdade sexual, maior do que era possível encontrar entre a população branca e talvez até entre o povo negro no pós-Guerra Civil.⁴³

O ponto mais fascinante levantado pelo autor aqui – embora ele não o desenvolva – é que as mulheres não raro defendiam seus companheiros das tentativas do sistema escravista de depreciá-los. Grande parte delas, talvez uma substancial maioria, diz Genovese, compreendia que, quando eles eram diminuídos, elas também o eram. Além disso, “elas queriam que seus filhos crescessem e se tornassem homens, e sabiam perfeitamente que, para isso, eles precisavam do exemplo de um homem negro forte diante deles”⁴⁴.

Seus filhos precisavam de exemplos masculinos fortes do mesmo modo que suas filhas precisavam de exemplos femininos fortes.

Se as mulheres negras sustentavam o terrível fardo da igualdade em meio à opressão, se gozavam de igualdade com seus companheiros no ambiente doméstico, por outro lado elas também afirmavam sua igualdade de modo combativo, desafiando a desumana instituição da escravidão. Resistiam ao assédio sexual dos homens brancos, defendiam sua família e participavam de paralisações e rebeliões. Como Herbert Aptheker mostra em sua precursora obra *American Negro Slave Revolts* [Rebeliões dos escravos negros estadunidenses]⁴⁵, elas envenenavam os senhores, realizavam ações de sabotagem e, como os homens, se juntavam às comunidades de escravos fugitivos, seguindo com frequência rumo ao Norte em busca de liberdade. Dos numerosos registros sobre a repressão violenta que os feitores infligiam às mulheres, deve-se inferir que aquela que aceitava passivamente sua sina de escrava era a exceção, não a regra.

Frederick Douglass, ao refletir sobre como foi exposto, ainda criança, à impiedosa violência da escravidão⁴⁶, lembrou-se do açoitamento e da tortura de muitas mulheres rebeldes. Sua prima, por exemplo, foi terrivelmente espancada

⁴¹ Eugene D. Genovese, *Roll, Jordan, Roll*, cit. Ver a parte II, especialmente as seções intituladas “Husbands and Fathers” [Maridos e pais] e “Wives and Mothers” [Esposas e mães].

⁴² *Ibidem*, p. 500.

⁴³ *Idem*.

⁴⁴ *Idem*.

⁴⁵ Herbert Aptheker, *American Negro Slave Revolts*, cit., p. 145, 169, 173, 181-2, 201, 207, 215, 239, 241-2, 251, 259, 277, 281, 287.

⁴⁶ Frederick Douglass, *The Life and Times of Frederick Douglass* (Nova York/Londres, Collier-Macmillan, 1962), reimpressão da edição revista de 1892. Ver principalmente os capítulos 5 e 6.

por resistir, sem sucesso, ao abuso sexual de um feitor⁴⁷. Uma mulher que era chamada de Tia Esther foi violentamente chicoteada por desacatar seu senhor, o qual insistia que ela rompesse seu relacionamento com o homem que ela amava⁴⁸. Uma das mais vívidas descrições que Douglass faz das brutais punições reservadas às escravas envolve uma jovem chamada Nellie, açoitada pelo delito de “insolência”:

Havia momentos em que parecia que ela estava prestes a vencer aquele bruto, mas ele acabou por dominá-la e conseguiu amarrar seus braços na árvore para a qual a tinha arrastado. A vítima estava agora à mercê do impiedoso chicote. [...] Os gritos da mulher, agora indefesa enquanto era submetida ao castigo truculento, se misturavam aos insultos roucos do feitor e ao choro descontrolado de suas crianças assustadas. Quando a pobre mulher foi desamarrada, suas costas estavam cobertas de sangue. Ela foi açoitada, terrivelmente açoitada, mas não se rendeu e continuou a delatar o feitor e a ofendê-lo com os nomes mais sujos que conseguia encontrar.⁴⁹

Douglass acrescenta que duvidava que esse feitor tenha tentado açoitá-la novamente.

Assim como Harriet Tubman, muitas mulheres fugiram da escravidão indo para o Norte. Várias tiveram sucesso, mas a maioria foi capturada. Uma das tentativas mais dramáticas envolveu uma jovem – possivelmente adolescente – chamada Ann Wood, que comandou um grande grupo de meninas e meninos que fugiram empunhando armas. Depois de escapar na véspera de Natal, em 1855, o grupo se envolveu em uma troca de tiros com captores de escravos. Dois jovens foram mortos, mas os demais, de acordo com todas as indicações,

conseguiram chegar ao seu destino⁵⁰. A abolicionista Sarah Grimké relatou o caso de uma mulher cuja resistência não foi tão bem-sucedida quanto a de Ann Wood. Seus repetidos esforços para escapar da opressão de seu senhor, na Carolina do Sul, renderam-lhe tantos açoitamentos que “não havia um dedo de distância entre os cortes”⁵¹. Como ela se agarrava a qualquer oportunidade de escapar da fazenda, acabou aprisionada com um pesado colar de ferro – e caso conseguisse quebrá-lo, um de seus dentes da frente seria arrancado para identificá-la. Embora pertencesse a uma família que, de acordo com Grimké, era conhecida como caridosa e cristã,

[...] essa escrava sofredora, que era costureira da família e estava constantemente em [sua] presença, sentada na sala para costurar ou ocupada [...] com outras tarefas domésticas, trazia as costas laceradas e ensanguentadas, a boca mutilada e o pesado colar de ferro, sem que isso parecesse inspirar qualquer sentimento de compaixão.⁵²

As mulheres resistiam e desafiavam a escravidão o tempo todo. Devido à contínua repressão sofrida, “não é de se estranhar”, diz Herbert Aptheker, que “a mulher negra frequentemente apressasse as conspirações de escravos”⁵³.

Virgínia, 1812: “ela disse que, para ela, não era cedo demais para que se revoltassem, já que preferiria estar no inferno a estar onde estava”. Mississippi, 1835: “ela pediu a Deus que tudo estivesse acabado e enterrado, porque estava cansada de servir a gente branca [...]”.

Pode-se compreender melhor agora uma pessoa como Margaret Garner, escrava fugitiva que, quando capturada perto de Cincinnati, matou a própria filha e tentou se matar. Ela se comprazia porque a menina estava morta – “assim ela nunca

⁴⁷ “Uma das primeiras circunstâncias a abrir meus olhos para a crueldade e a perversidade da escravidão, e para como isso insensibilizava meu senhor, foi quando ele se recusou a intervir com sua autoridade para proteger e abrigar uma jovem, minha prima, que tinha sido cruelmente abusada e espancada pelo feitor que trabalhava para ele em Tuckahoe. Esse feitor, um certo sr. Plummer, era, como a maioria de sua classe, pouco mais que uma besta humana e, além de sua depravação geral e de suas grosserias repulsivas, era um maldito beerrão, um homem que não era adequado para controlar um rebanho de mulas. Em um de seus momentos de surto causado pela bebida, ele cometeu a violência que levou a jovem em questão a buscar proteção do meu senhor [...]. Seu pescoço e seus ombros estavam cobertos de cicatrizes recentes, e, não satisfeito em machucá-la no pescoço e nos ombros com um chicote de couro, o covarde desgraçado dera um golpe em sua cabeça com um bastão de nogueira, que fez um corte profundo e deixou seu rosto literalmente coberto de sangue”, *ibidem*, p. 46.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 48-9.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 52.

⁵⁰ Barbara Wertheimer, *We Were There*, cit., p. 113-4. A versão que Gerda Lerner dá para essa fuga é um pouco diferente: “Na noite de Natal de 1855, seis jovens escravos, aproveitando-se do feriado, dos cavalos e do coche de seu senhor, saíram do condado de Loudoun, na Virgínia, e viajaram dia e noite sob a neve e o frio, chegando a Columbia dois dias depois. Barnaby Grigby era um mulato de 26 anos; sua esposa, Elizabeth, que pertencia a outro senhor, tinha 24 anos. A irmã dela, Ann Wood, estava noiva do líder do grupo, Frank Wanzer. Ann tinha 22 anos, era bonita e inteligente. Frank estava tentando fugir de um senhor particularmente cruel. Havia mais dois homens jovens no grupo”, *Black Women in White America*, cit., p. 57.

⁵¹ Depoimento de Sarah M. Grimké a Theodore D. Weld, *American Slavery As It Is: Testimony of a Thousand Witnesses* (Nova York, American Anti-Slavery Society, 1839), citado em Gerda Lerner, *Black Women in White America*, cit., p. 19.

⁵² *Idem*.

⁵³ Herbert Aptheker, “The Negro Woman”, cit., p. 11.

saberá o que uma mulher sofre como escrava” – e implorava para ser julgada por assassinato. “Irei cantando para a forca em vez de voltar para a escravidão.”⁵⁴

Entre 1642 e 1864, comunidades formadas por escravos fugitivos e seus descendentes eram encontradas em todas as partes do Sul. Eram “paraísos para fugitivos, servindo como ponto de partida de expedições para saquear as fazendas próximas e, às vezes, era delas que surgiam líderes de rebeliões organizadas”⁵⁵. Em 1816, uma dessas comunidades, grande e próspera, foi descoberta: trezentos escravos fugidos – homens, mulheres e crianças – ocupavam um forte na Flórida. Quando se recusaram a se render, o Exército iniciou uma batalha que se estendeu por dez dias e tirou a vida de mais de 250 membros da comunidade. As mulheres lutaram em condições de igualdade com os homens⁵⁶. Durante outro confronto, em Mobile, Alabama, em 1827, homens e mulheres foram igualmente implacáveis, lutando, de acordo com os jornais locais, “como espartanos”⁵⁷.

Em muitos casos, a resistência envolvia ações mais sutis do que revoltas, fugas e sabotagens. Incluía, por exemplo, aprender a ler e a escrever de forma clandestina, bem como a transmissão desse conhecimento aos demais. Em Natchez, Louisiana, uma escrava comandava uma “escola noturna”, dando aulas a seu povo das onze horas da noite às duas da manhã, de maneira que conseguiu “formar” centenas de pessoas⁵⁸. Sem dúvida, muitas delas escreveram as próprias licenças de viagem e tomaram o rumo da liberdade. No livro *Negras raízes*⁵⁹ – relato ficcionalizado que Alex Haley faz da vida de seus ancestrais –, Belle, a esposa de

Kunta Kinte, aprendeu sozinha e com dificuldade a ler e a escrever. Em segredo, ela lia os jornais de seu senhor, mantendo-se a par dos acontecimentos políticos e transmitindo as informações a sua irmã e seu irmão escravos.

Nenhuma discussão sobre o papel das mulheres na resistência à escravidão estaria completa sem um tributo a Harriet Tubman por seu extraordinário ato de coragem ao conduzir mais de trezentas pessoas⁶⁰ pelas rotas da chamada *Underground Railroad**. No início, ela teve uma vida típica de mulher escrava. Trabalhando na lavoura em Maryland, percebeu, por meio de seu trabalho, que seu potencial como mulher era o mesmo de qualquer homem. Aprendeu com o pai a cortar árvores e abrir trilhas e, enquanto trabalhavam lado a lado, ele lhe transmitiu conhecimentos que mais tarde se mostraram indispensáveis nas dezenove viagens de ida e volta que ela realizaria ao Sul. Ele a ensinou a caminhar silenciosamente pela mata e a localizar plantas, ervas e raízes que serviriam de alimento e remédio. Sem dúvida, o fato de ela nunca ter fracassado pode ser atribuído aos ensinamentos de seu pai. Durante a Guerra Civil, Harriet Tubman manteve sua oposição incansável à escravidão, e ainda hoje detém o mérito de ter sido a única mulher nos Estados Unidos a liderar tropas em uma batalha.

Independentemente dos parâmetros usados para julgá-la – negro ou branco, masculino ou feminino –, Harriet Tubman foi uma pessoa extraordinária. No entanto, olhando-a de outro ponto de vista, o que ela fez foi simplesmente expressar da própria maneira o espírito de força e perseverança conquistado por tantas mulheres de seu povo. Vale repetir: as mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras

⁵⁴ Ibidem, p. 11-2.

⁵⁵ Idem, “Slave Guerilla Warfare”, em *To Be Free*, cit., p. 11.

⁵⁶ Idem, *American Negro Slave Revolts*, cit., p. 259.

⁵⁷ Ibidem, p. 280.

⁵⁸ “[Em Natchez, Louisiana, havia] duas escolas com professoras de cor. Uma delas era uma escrava que deu aulas em uma escola noturna por um ano. As aulas começavam às onze ou doze horas da noite e terminavam às duas da manhã [...]. Milla Granson, a professora, aprendeu a ler e a escrever com as crianças de seu paciente proprietário, no Kentucky. Ela ensinava doze pessoas de cada vez, e, quando estas já sabiam ler e escrever, eram dispensadas para que ela transmitisse sua habilidade a novos apóstolos, e assim ela formou centenas. Algumas dessas pessoas escreveram as próprias licenças de viagem e foram para o Canadá”, Gerda Lerner, *Black Women in White America*, cit., p. 32-3, citado em Laura S. Haviland, *A Woman's Life-Work, Labors and Experiences* (Chicago, Publishing Association of Friends, 1889), p. 300-1.

⁵⁹ Ver os capítulos 66 e 67 de Alex Haley, *Roots: The Saga of an American Family* (Garden City, Doubleday, 1976) [ed. bras.: *Negras raízes*, trad. A. B. Pinheiro de Lemos, São Paulo, Círculo do Livro, 1977].

⁶⁰ Sarah Bradford, *Harriet Tubman: The Moses of Her People* (Nova York, Corinth, 1961), reimpressão da edição de 1886. Ann Petry, *Harriet Tubman, Conductor on the Underground Railroad* (1955) (Nova York, Pocket Books, 1971).

* *Underground Railroad* era o nome dado a um conjunto de rotas secretas e pontos de parada clandestinos que escravos e escravas usavam para conseguir chegar ao Canadá ou ao México, contando com a ajuda de abolicionistas. As rotas não eram nem subterrâneas nem férreas, como o nome sugere. Na designação da rede, o termo “*underground*” era usado no sentido de secreto, e o termo “*railroad*” foi adotado porque os códigos de fuga eram baseados na terminologia das ferrovias. Os pontos de parada, por exemplo, eram “estações” (*stations*); as pessoas que indicavam os caminhos ou acompanhavam as fugitivas e os fugitivos de uma estação a outra, como Harriet Tubman, eram “condutoras” (*conductors*). (N. T.)

não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência. Essa deve ter sido uma terrível descoberta para os proprietários de escravos, pois aparentemente eles tentavam quebrar essa cadeia de igualdade por meio da repressão particularmente brutal que reservavam às mulheres. Mais uma vez, é importante lembrar que os castigos infligidos a elas ultrapassavam em intensidade aqueles impostos aos homens, uma vez que não eram apenas açoitadas e mutiladas, mas também *estupradas*.

Seria um erro interpretar o padrão de estupros instituído durante a escravidão como uma expressão dos impulsos sexuais dos homens brancos, reprimidos pelo espectro da feminilidade casta das mulheres brancas. Essa explicação seria muito simplista. O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros. As observações a seguir, relativas à função do estupro durante a Guerra do Vietnã, também podem ser aplicadas à escravidão: “No Vietnã, o comando militar dos Estados Unidos tornou o estupro ‘socialmente aceitável’; de fato, era uma política não escrita, mas clara”⁶¹. Ao encorajar jovens soldados a estuprar mulheres vietnamitas (às vezes, eram orientados a “revistar” mulheres “com o pênis”⁶²), forjou-se uma arma de terrorismo político de massa. Uma vez que as mulheres vietnamitas se notabilizavam por suas contribuições heroicas à luta de libertação de seu povo, a retaliação militar especialmente destinada a elas era o estupro. Ainda que dificilmente estivessem imunes à violência infligida aos homens, elas eram especialmente escolhidas como vítimas de terrorismo por uma força militar sexista comandada pelo princípio de que a guerra era um assunto exclusivamente masculino. “Vi um franco-atirador disparar contra uma mulher, um dos nossos franco-atiradores”, contou um soldado.

Quando nos aproximamos, ela estava pedindo água. E o tenente mandou matá-la. Então ele arrancou as roupas dela, eles a esfaquearam nos dois seios, afastaram seus

braços e pernas e enfiaram uma ferramenta de cavar trincheiras em sua vagina. Depois, retiraram a ferramenta e fizeram o mesmo com um galho de árvore e, então, atiraram nela.⁶³

Da mesma forma que o estupro era um elemento institucionalizado de agressão ao povo vietnamita, concebido com a intenção de intimidar e aterrorizar as mulheres, os proprietários de escravos encorajavam seu uso terrorista para colocar as mulheres negras em seu lugar. Se elas conseguissem perceber a própria força e o forte desejo de resistir, os violentos abusos sexuais – é o que os proprietários devem ter raciocinado – fariam com que elas se lembrassem de sua essencial e inalterável condição de fêmeas. Na visão baseada na ideia de supremacia masculina característica do período, isso significava passividade, aquiescência e fraqueza.

Praticamente todas as narrativas de escravos do século XIX trazem relatos de violência sexual sofrida pelas mulheres nas mãos de senhores e feitores. “O senhor de Henry Bibb forçou uma jovem escrava a ser a concubina de seu filho; o feitor de M. F. Jamison estuprou uma jovem e atraente escrava; e o proprietário de Solomon Northrup forçou uma das escravas, ‘Patsy’, a ser sua parceira sexual.”⁶⁴

Apesar dos testemunhos de escravas e escravos sobre a alta incidência de estupros e coerção sexual, o tema tem sido mais do que minimizado na literatura tradicional sobre a escravidão. Às vezes, parte-se até mesmo do princípio de que as escravas aceitavam e encorajavam a atenção sexual dos homens brancos. O que acontecia, portanto, não era exploração sexual, mas “miscigenação”. Em um trecho de *A terra prometida* dedicado ao sexo inter-racial, Genovese defende que o problema do estupro é menos relevante do que o dos severos tabus que cercavam a miscigenação. “Muitos homens brancos”, diz o autor, “que começaram a se relacionar com uma jovem escrava em uma atitude de exploração sexual acabaram se apaixonando por ela e pelas crianças que ela teve”⁶⁵. “O aspecto trágico da miscigenação”, portanto, “não reside em sua desintegração em luxúria e exploração sexual, mas na terrível pressão para negar o prazer, o afeto e o amor que muitas vezes surgiam a partir da vulgaridade inicial”⁶⁶.

⁶¹ Arlene Eisen-Bergman, *Women in Vietnam* (São Francisco, People's Press, 1975), p. 63.

⁶² “Quando íamos aos vilarejos procurar pessoas, as mulheres tinham todas as roupas arrancadas e os homens usavam o pênis para penetrá-las e ter certeza de que não tinham nada escondido em lugar nenhum do corpo; isso era estupro, mas era executado como uma busca”, *ibidem*, p. 62. Citação do sargento Scott Camil, da Primeira Divisão da Marinha, extraída de Vietnam Veterans Against War (VVAW) [Veteranos do Vietnã Contra a Guerra], *Winter Soldier Investigation* (Boston, Beacon Press, 1972), p. 13.

⁶³ Arlene Eisen-Bergman, *Women in Vietnam*, cit., p. 71. Citação extraída de VVAW, *Winter Soldier Investigation*, cit., p. 14.

⁶⁴ John W. Blassingame, *The Slave Community*, cit., p. 83.

⁶⁵ Eugene D. Genovese, *Roll, Jordan, Roll*, cit., p. 415.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 419.

A perspectiva geral de Genovese gira em torno da questão do paternalismo. Escravas e escravos, diz ele, bem ou mal aceitavam a postura paternalista de seus senhores, e estes eram compelidos por seu paternalismo a reconhecer a humanidade reivindicada por aqueles. Contudo, uma vez que, aos olhos dos senhores, o aspecto humano das escravas e dos escravos era, no máximo, infantil, não surpreende que o autor acreditasse ter descoberto o cerne dessa humanidade na miscigenação. O que ele não consegue entender é que dificilmente havia uma base para “prazer, afeto e amor” quando os homens brancos, por sua posição econômica, tinham acesso ilimitado ao corpo das mulheres negras. Era enquanto opressores – ou, no caso dos que não possuíam escravos, enquanto agentes de dominação – que os homens brancos se aproximavam do corpo delas. Genovese deveria ter lido *Corregidora*⁶⁷, romance escrito pela jovem negra Gayl Jones, que narra o empenho de várias gerações de mulheres em “preservar as provas” dos crimes sexuais cometidos durante a escravidão.

E. Franklin Frazier pensou ter encontrado na miscigenação a conquista cultural mais importante do povo negro durante a escravidão: “O senhor, em sua mansão, e sua amante de cor, em uma casa especial nas proximidades, representavam o triunfo absoluto do ritual social diante da existência dos mais profundos sentimentos de solidariedade humana”⁶⁸. Ao mesmo tempo, contudo, ele não podia simplesmente ignorar o grande número de mulheres que não se submetiam sem lutar: “Algumas vezes, a coação física era necessária para garantir a submissão por parte das mulheres negras [...] o que é corroborado por evidências históricas e mantido pela tradição das famílias negras”⁶⁹.

O autor cita a história de uma mulher cuja bisavó sempre descrevia com fervor as lutas que lhe renderam as numerosas cicatrizes de seu corpo. Mas havia uma marca que ela se recusava a explicar, dizendo, sempre que questionada a respeito: “Homens brancos são baixos como cães, menina, fique longe deles”. Depois que ela morreu, o mistério foi finalmente desvendado: “Ela adquirira aquela cicatriz pelas mãos do filho caçula de seu proprietário, um menino de uns dezoito anos, com quem teve uma filha, minha avó Ellen”⁷⁰.

As mulheres brancas que se uniam ao movimento abolicionista ficavam particularmente indignadas com os abusos sexuais sofridos pelas mulheres

negras. Militantes das associações femininas antiescravagistas sempre contavam histórias dos estupro brutais sofridos pelas escravas quando exortavam as mulheres brancas a defender suas irmãs negras. Embora tenham colaborado de forma inestimável para a campanha antiescravagista, as mulheres brancas quase nunca conseguiam compreender a complexidade da situação da mulher escrava. As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão – trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamentos e estupro – as encorajavam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas.

Uma das obras mais populares da literatura abolicionista é *A cabana do Pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe, livro que reuniu um grande número de pessoas – e mais mulheres do que nunca – em torno da causa antiescravagista. Abraham Lincoln chegou a se referir casualmente à autora como a mulher que deu início à Guerra Civil. Ainda assim, a enorme influência exercida pelo livro não consegue compensar o modo distorcido como apresenta a vida escrava. A principal personagem feminina é uma caricatura da mulher negra, uma transposição ingênua para a comunidade escrava da figura materna tal qual concebida pela sociedade branca e exaltada pela propaganda cultural do período. Eliza é a encarnação da maternidade branca, mas com um rosto negro – ou melhor, com um rosto quase branco, uma vez que ela possui um quarto de sangue negro em suas veias.

Talvez a esperança de Stowe fosse que as mulheres brancas, ao ler seu livro, se identificassem com Eliza. Elas poderiam apreciar a superioridade de sua moral cristã, seus inabaláveis instintos maternos, sua delicadeza e sua fragilidade – já que essas eram as qualidades que as mulheres brancas eram ensinadas a cultivar em si mesmas. Assim como a brancura de Eliza permitia transformá-la em uma síntese da figura materna, seu marido, George, cujos ancestrais também eram predominantemente brancos, era o mais próximo de um “homem”, no sentido ortodoxo da supremacia masculina, que qualquer homem negro poderia vir a ser no livro. Ao contrário do Pai Tomás, que é caseiro, condescendente e infantil, George é ambicioso, inteligente, letrado e – o mais importante – detesta a escravidão com fervor insaciável. Quando, logo no início do livro, George decide fugir para o Canadá, Eliza, em sua pureza de criada doméstica protegida no lar, fica extremamente assustada com o ódio desmedido do marido pela escravidão: “Eliza estremeceu e não disse nada. Ela nunca tinha visto o marido

⁶⁷ Gayl Jones, *Corregidora* (Nova York, Random House, 1975).

⁶⁸ E. Franklin Frazier, *The Negro Family in the United States*, cit., p. 69.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 53.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 70.

naquele estado; e seus princípios éticos, pacíficos, pareceram ruir diante da força de tanto entusiasmo”⁷¹.

Eliza quase não percebe a injustiça generalizada da escravidão. Sua subserviência feminina a incita a entregar-se ao seu destino de escrava e às vontades de seu senhor e de sua senhora, bons e gentis. Somente quando sua condição de mãe é ameaçada ela encontra forças para se erguer e lutar. Como uma mãe que se descobre capaz de levantar um carro se uma de suas crianças estiver presa embaixo dele, Eliza vivencia um surto de poder materno quando descobre que seu filho será vendido. Os problemas financeiros de seu “gentil” senhor fazem com que ele venda Pai Tomás e o filho de Eliza, Harry – apesar, é claro, dos apelos compadecidos e maternais de sua esposa. Eliza pega Harry e instintivamente foge, porque “acima de tudo estava o amor materno, transformado pela agonia extrema de sentir um terrível perigo se aproximando”⁷². A coragem de Eliza como mãe é fascinante. Quando, em meio à fuga, ela depara com um rio intransponível formado por gelo derretido e vê o captor de escravos em seu encalço, ela protege Harry com o próprio corpo e,

com uma força que Deus só concede a pessoas desesperadas [...] salta por cima da correnteza agitada da margem sobre as placas de gelo [...]. Com gritos descontrolados e uma energia alucinada, ela salta de um bloco de gelo a outro, e depois a outro – cambaleando, pulando, escorregando, levantando-se novamente! Os sapatos se vão – as meias são arrancadas de seus pés –, e a cada passo ela deixa uma mancha de sangue; mas ela não vê nada, não sente nada, até que, de modo turvo, como em um sonho, ela avista Ohio e um homem que a ajuda a chegar à margem.⁷³

A falta de verossimilhança dos atos melodramáticos de Eliza não importava a Stowe – porque Deus transmite dons sobre-humanos às afáveis mães cristãs. A questão é que, ao aceitar totalmente o culto à figura materna característico do século XIX, a autora falha por completo em captar a realidade e a sinceridade da resistência das mulheres negras à escravidão. Inúmeros atos de heroísmo realizados por mães escravas foram registrados. Essas mulheres, ao contrário de Eliza, eram levadas a defender seus filhos pela repulsa veemente à escravidão.

A origem de sua força não era um poder místico vinculado à maternidade, e sim suas experiências concretas como escravas. Algumas delas, como Margaret Garner, preferiram matar suas filhas para não testemunhar sua chegada à vida adulta sob a brutal circunstância da escravidão. Eliza, por outro lado, é bastante indiferente à desumanidade completa do sistema escravista. Se não se visse ameaçada pela venda do filho, ela provavelmente teria vivido feliz para sempre sob a tutela benevolente de seu senhor e de sua senhora.

As Elizas, se existiram, certamente foram as exceções em meio a maioria das mulheres negras. Elas não representam, em hipótese alguma, as experiências acumuladas por todas essas mulheres que labutaram sob o chicote de seus senhores, trabalharam para sua família, protegendo-a, lutaram contra a escravidão e foram espancadas, estupradas, mas nunca subjugadas. Foram essas mulheres que transmitiram para suas descendentes do sexo feminino, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual – em resumo, um legado que explicita os parâmetros para uma nova condição da mulher.

⁷¹ Harriet Beecher Stowe, *Uncle Tom's Cabin* (Nova York, New American Library/Signet, 1968), p. 27 [ed. bras.: *A cabana do Pai Tomás*, trad. Nélia Maria P. P. von Tempski-Silka, Curitiba, Juruá, 2011].

⁷² *Ibidem*, p. 61.

⁷³ *Ibidem*, p. 72.